

Estudos do I.S.C.A.A II Série • Nº 2 • 1996
Revista de Publicação Anual

Direcção: Joaquim José da Cunha

Coordenação: José Fernandes de Sousa
Vírginia Maria Granate Costa e Sousa

Conselho Consultivo: Professores Coordenadores das Áreas
Científicas do I.S.C.A.A.

Edição e Propriedade: Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Aveiro

Apoio Administrativo e Assinaturas: Biblioteca do I.S.C.A.A.
R. Associação Humanitária dos Bombeiros Velhos de Aveiro
Apart. 58 - 3800 - Aveiro
Tel.: (034) 381977 - 381911; Fax: (034) 28975

Preço: 1.500\$00

ISSN: 0873-2019

Depósito legal nº: 922 54/95

Capa: Design. Francisco Espindola

Trat. de texto: apoio técnico de Maximina Gonçalves Marieiro

Impressão: Tipografia Minerva Central, Lda./1997

A Lógica da Velocidade dos Elementos do Capital

*António Lopes de Sá
Professor Catedrático
Presidente do I.P.A.T.*

Sumário

- Introdução
- A Estática e a Dinâmica do Capital
- A Velocidade dos Meios Patrimoniais
- Velocidade dos Elementos do Capital em Relação aos Sistemas de Funções
- A Velocidade dos Sistemas de Funções Patrimoniais
- Velocidade e Universo Patrimonial
- Temporalidade Sistemática e Velocidade Eficaz

Introdução

Os meios ou elementos que compõem o capital das empresas tendem a se movimentar constantemente.

Como variadas são as funções que cada um dos meios patrimoniais referidos desempenha, também variadas tendem a ser as velocidades ou tempos em que se completam as circulações. Cada utilidade deve-se exercer, em face de cada necessidade, em uma época que precisa ser a conveniente. Existem diversos giros, diversas formas de analisá-los e de acordo com a significação de cada um, torna-se possível ter uma noção da dinâmica da riqueza. Tal dinâmica é relevante para que se consiga a sobrevivência dos empreendimentos e para que exista o equilíbrio geral, mas subordina-se a condições diferentes.

As leis de regência da circulação, todavia, são universais, ou ainda, valem sempre em todos os lugares e em todas as empresas, se conservadas as mesmas circunstâncias de ocorrência.

Há uma lógica de relações diante da velocidade dos elementos do capital que guia a metodologia da análise da agilidade dos capitais e cujas bases são o objecto deste trabalho.

A Estática e a Dinâmica do Capital

Quando um património está apenas constituído e seus elementos não exercem qualquer função ou utilidade, dizemos que a situação é estática ou de ausência de movimento.

A tendência dos meios patrimoniais é a de movimentação, todavia, pois, ilógico seria formar-se a riqueza se ela não se destinasse a prestar utilidade.

O estado estático ou inercial, por conseguinte, não é aquele natural da riqueza aziendal, embora as demonstrações e informações contábeis sejam sempre o espelho de situações estáticas ou de sequências de estáticas e que se apresentam como fluxos.

Masi muito bem posicionou a questão, leccionando: “A estática patrimonial é o estudo do património aziendal, considerado como se estivesse parado em um dado momento na sua estrutura qualitativa e

quantitativa, isto é, nos seus elementos e nos seus componentes ou valores.”¹

Enquanto nos preocupamos, por conseguinte, com os elementos em si, com a sua participação estrutural, propriedades funcionais, apenas, estamos realizando estudos de natureza contábil que se ligam à Estática Patrimonial.

Os registos contábeis, como informações, em sua quase totalidade referem-se a momentos determinados, como se a riqueza neles estivesse imóvel.

A grande preocupação moderna, todavia, vem sendo exactamente a da movimentação e não apenas a de situação inercial.

Isto demanda uma série prodigiosa e específica de estudos que se situam no campo funcional e neste naquele circulatório.

A Velocidade dos Meios Patrimoniais

A dinâmica dos capitais é fruto das funções ou utilizações destes, na perseguição da satisfação das necessidades empresariais e que são diversas.

O movimento é imperioso na vida empresarial e de acordo com a tendência do mesmo distinguem-se os diversos aspectos da vida dos empreendimentos.

Assim, por exemplo, cada material, em uma indústria, possui uma velocidade própria, em relação ao tempo que entra na empresa, participa por sua aplicação na produção e se escoa, incorporado aos produtos, na entrega deste aos clientes, voltando, depois, a empresa a adquirir mais materiais, aplicá-los e escoá-los, e, assim, consecutiva e constantemente.

Distinguem-se, nitidamente, diversos tempos e diversos movimentos. Opera-se, aí, o que denominamos “*rotação*” ou “*giro*” do meio ou componente patrimonial.

A rotação é, pois, uma relação entre o movimento de um elemento do capital e a posição estática média do mesmo, em um período qualquer.

Sempre o movimento e o tempo em que este se opera, o elemento do capital e seu curso, são os objectivos da observação.

¹ MASI, Vincenzo - Stática Patrimoniale, vol. I, pag. 3, 3ª edição, editor CEDAM, Padua, 1945.

Ou seja:

$$\sum_{x=1}^n Mo_x \div \left(\sum_{x=1}^n Es_x \div n \right)$$

Portanto: A somatória do movimento de um meio patrimonial qualquer durante um período (Mo_x), dividida pela somatória das estáticas do mesmo meio no mesmo período ($Es_x : n$), determina o quociente de giro.

O movimento se determina pelo confronto das estáticas iniciais e finais em face do que ocorreu de entradas.

Comparar posições estáticas e o volume dos elementos em suas movimentações é uma forma de entender o quanto se repetem movimentações similares em uma sequência de ocorrências.

Tais volumes, em entradas, saídas e permanências, repetindo-se, determinam aspectos de uma vitalidade circulatória.

Assim, por exemplo o estoque inicial (**Ei**) de um período sendo \$400, as compras (**C**) \$1.600 e o estoque final (**Ef**) \$200, o movimento (**Mo**) terá sido de \$1.800, ou ainda:

$$(Ei + C) - Ef = Mo$$

Quando se realiza a **circulação**, todavia, ou seja, quando os materiais viram produtos e estes se transformam em cambiais a receber ou em dinheiro, novas funções irão ocorrer, com relevância própria; cada fase de transformação enseja novos giros.

Esse ir e vir onde os elementos do capital se metamorfoseiam, são circulações inequívocas.

Ou seja:

Dinheiro transformando-se em materiais, materiais em produtos, produtos em cambiais a receber, cambiais a receber em dinheiro.

O repetir dessa sequência e de cada sequência circulatória é um giro do elemento patrimonial que participa da transformação.

Circulação e giro não se confundem, pois, conceitualmente, em doutrina contábil.

A circulação é a simples transformação de estado de um componente da riqueza ou meio patrimonial, mas, o giro já é uma sucessão contínua de circulações.

Logo:

$$a \rightarrow b = Ci$$

ou seja, um elemento patrimonial **a**, implicando em um elemento patrimonial **b**, isto é igual a um movimento circulatório **Ci**.

A sequência dos movimento de **a** são giro, assim como os de **b**.

Logo:

$$\sum_{x=1}^n (a \rightarrow b)_x \equiv Gi$$

Ou seja, a somatória de uma circulação qualquer, a um número indeterminado é seu giro e este pode fixar-se desde que se conheça o factor **n**, ou seja, quantas vezes a circulação se operou.

Cada componente tem seu próprio giro ou rotação, ou seja, tem a sua própria *velocidade*.

Podemos definir, pois, a *velocidade de um meio patrimonial como uma relação entre as estáticas dos extremos² desse mesmo meio e o seu movimento³ operada no mesmo período, de um tempo determinado.*

² Em terminologia de escrita contábil essas estáticas são denominadas de inventários, quando a constatação da existência se operou fisicamente.

³ Geralmente, quanto aos meios patrimoniais, o movimento é determinado pelo custo dos bens entrados e circulados. No exemplo que já referimos, no caso dos estoques, esse movimento seria o das Compras. No caso dos créditos seria o valor cedido em razão de vendas a prazo.

A universalidade confirma o aspecto científico da observação desses fenómenos.

Por isto é lícito falarmos de rotação ou giro de materiais, rotação ou giro de produtos, rotação ou giro de créditos a receber, rotação ou giro de dívidas, etc.⁶, como aplicações dessa generalidade descrita.

Tal fórmula genérica pode comportar variações, como derivadas, mas, não excluir-se-á, jamais, o carácter de generalidade que a mesma contém.

Velocidade dos elementos do capital em relação aos sistemas de funções

Cada giro, de cada componente, tem a sua expressão, em cada Sistema de funções patrimoniais e é exactamente isto que minha teoria proclama e onde ela se diferencia de outras formas de análise.

O julgamento sobre a **qualidade do giro**, depende do que ele representa, não por si só, mas em relação a cada um dos sistemas de funções.

O giro ou rotação, em análise contábil, deve ser uma medida relativa em razão da função e não, apenas, do elemento patrimonial.

O que importa saber é como se comporta o movimento em relação a cada utilidade que deve suprir.

Isto implica na observação de cada sistema de funções e de seus próprios movimentos, onde os tempos são sempre variáveis.

Não me parece adequado falar-se da eficácia do giro de uma mercadoria isoladamente, senão em relação ao que ele representa diante de cada função patrimonial que deve executar.

O mesmo se passa com qualquer outro movimento de qualquer meio patrimonial.

Um giro de mercadorias, de 90 em 90 dias, pode ser muito bom para efeitos dos resultados da empresa, mas, prejudicial como meio de pagamento, na liquidez.

Assim, por exemplo, esperar para vender feijão na entresafra, produz maiores lucros, mas, pode prejudicar a capacidade de pagamento.

⁶ Os quocientes de rotação derivam-se do confronto entre posições estáticas e dinâmicas de um elemento patrimonial, em um período de tempo qualquer, ou seja, o que se visa é conhecer quantas vezes uma posição estática existente conseguiu renovar-se no tempo. Tais quocientes são evidências da vitalidade dos componentes da riqueza.

O tempo de um giro pode ser muito bom, portanto, para um sistema de funções (como o da resultabilidade, exemplificado) e ser ruim para outro sistema (como o da liquidez, também do exemplo).

Logo, como teorem, podemos enunciar:

“O tempo de rotação ou velocidade de um elemento da riqueza, produz efeitos variáveis, de acordo com a participação que possui cada componente, em cada sistema de função patrimonial”.

E também:

“A qualidade de uma rotação ou giro de um meio patrimonial se mede de acordo com a sua participação em cada um dos sistemas de funções dos quais participa, podendo ocorrer eficácia ou ineficácia de acordo com a finalidade sistemática”.

Portanto, afirmar, de forma categórica que o giro de mercadorias de 60 em 60 dias é bom, parece-nos contrariar a realidade.

É preciso que seja considerado o aspecto relativo do giro, em razão da relatividade de cada sistema de funções.

Há uma qualidade de giro para a liquidez que pode não coincidir com a qualidade de giro para a produtividade e nem para a resultabilidade e vice-versa.

O giro será favorável quando promover a eficácia em todos os sistemas básicos de funções patrimoniais, ou seja, atender a todos os tipos de necessidades e isto é possível quando se estruturam os elementos do capital em plena compatibilidade com a velocidade deles.

Em que limites tal composição deve operar-se é uma tarefa de quem busca modelos de comportamento da riqueza para orientar os modelos de decisões administrativas.

A Velocidade dos Sistemas de Funções Patrimoniais

A nós nos parece adequado falar de giros de componentes, mas, também, de giros de sistemas de funções patrimoniais.

Há um giro determinável para um sistema, decorrente da somatória dos giros dos meios patrimoniais e daquela dos giros das necessidades patrimoniais.

Admitamos um exemplo, com o sistema de liquidez.

Já falamos sobre as variedades que se operam entre os diferentes movimentos, ou seja, há um giro das mercadorias, um giro dos créditos a receber, por exemplo, e a somatória desses nos oferece, em regime de média, um giro dos meios de pagamentos.

Há um giro de dívidas a Bancos, um giro de dívidas a fornecedores e a somatória nos oferece, também, como base de média, um giro das necessidades de pagamentos.

O confronto desses giros de meios e necessidades nos oferece a média do giro da Resultante do sistema da liquidez.

Tudo, pois, em sentido dinâmico, oferece uma **Resultante Dinâmica**, medida por giros (que são expressões dinâmicas).⁷

Consideremos um exemplo prático:

Giro de estoques de 90 em 90 dias; admitindo que o valor dos estoques demonstrados em balanço é de \$900.000,00, teremos um giro diário de \$10.000,00.

Os dias de giro, referidos, são aqueles que se obtêm pela divisão dos dias do período em estudo pelo quociente de rotação.

Quociente de rotação, repetimos, é o resultado do confronto do valor de movimento pelo valor dos estoques médios inventariados.

Imaginemos uma situação de giro também de 90 em 90 dias para os créditos a receber e um valor a receber de \$1.800.000,00, demonstrado; teremo, nesse caso, \$20.000,00 por dia.

Os meios de pagamento diários seriam de \$10.000,00 + \$20.000,00, produzindo uma realidade de entrada diária, em média de \$30.000,00.

Suponhamos que dentro dos mesmos raciocínios a saída, por pagamento de dívidas e obrigações, seja da ordem de \$15.000,00, diários. Esse valor, suposto, deriva-se, também, do mesmo critério de confrontos, ou seja, o do valor demonstrado em uma situação, dividido pelos dias de giro.

⁷ Na década de 60, elaboramos a nossa Teoria da Liquidez Dinâmica, apresentada à Real Academia de Ciências Económicas y Financeiras da Espanha, muito antes de elaborarmos a nossa Teoria das Funções Sistemáticas do Património.

Conhecidos os meios de pagamentos em médias diárias de realizações e as saídas por obrigações, também em médias diárias de exigibilidades, o confronto desses factores nos oferece a resultante⁸ do sistema de liquidez.

O cotejo seria de realização média diária dos meios de pagamentos contra exigibilidade média diária de desembolsos em dinheiro ou pagamentos compulsórios médios.

A Resultante do sistema nos indicaria, pois, dentro desse regime de velocidade e valores, um *quociente dinâmico* de 2, representativo da velocidade do sistema de liquidez.

Tais exemplos práticos de apurações dinâmicas nos mostram a medida da velocidade do sistema, a partir do confronto da velocidade média de seus componentes.

Logo:

“A velocidade de um Sistema de Funções Patrimoniais é uma resultante das relações ponderadas e médias, entre as velocidades dos meios patrimoniais e das necessidades patrimoniais do mesmo sistema”.

E como corolário desse Teorema:

“Cada sistema de funções patrimoniais tem a sua própria velocidade”.

A velocidade sistemática, todavia, é sempre uma relação entre os componentes do sistema e que basicamente são: os meios patrimoniais e as necessidades patrimoniais pertinentes ao mesmo sistema.

Assim, por exemplo, na liquidez, os meios são os recursos para pagar e as necessidades as dívidas que precisam ser resgatadas.

No sistema da resultabilidade a necessidade é a receita, ou seja, as vendas que deverão suprir o regime de resultados e os meios são os investimentos configurados nos custos e as margens de resultados que se colocam nos preços para que a venda seja, então, suprida de elementos para apresentar o produto no mercado.

⁸ Resultante de um sistema de funções patrimoniais, em nossa teoria, é o quociente entre os valores dos meios patrimoniais e as necessidades patrimoniais do mesmo sistema.

A velocidade com que os componentes de um sistema se movem é que determina, pois, a dinâmica do Sistema e esta é uma medida de eficácia ou de ineficácia, de acordo com cada caso e circunstância.

Velocidade e Universo Patrimonial

É possível obter-se a medida da velocidade de uma riqueza se partirmos dessa sequência lógica de outras velocidades do complexo, ou sejam: dos meios patrimoniais e dos sistemas.

A ordem deve ser a de conhecer a velocidade de cada Sistema e depois a do total deles.

Um sistema de funções reúne específicas utilizações dos componentes do capital na perseguição do suprimento de necessidades também específicas.

Cada sistema tendo sua velocidade só a comparação da eficácia das mesmas pode dar uma ideia do que ocorre com o universo do capital.

A velocidade da liquidez pode não ser a velocidade do sistema de resultados e nem a dos dois aquela do sistema da protecção de riscos.

Portanto, a velocidade do Universo ou também dita Massa Patrimonial, é aquela que se deriva da velocidade dos seus sete sistemas de funções.

Há, pois, uma rigorosa lógica nessa sequência, repetimos, ou seja: há uma velocidade dos meios patrimoniais, uma velocidade do sistema e a consequente velocidade do universo patrimonial.

Logo, como teorema, possuímos:

“A velocidade do universo patrimonial é resultado da somatória das velocidades das resultantes dos Sistemas de Funções Patrimoniais.”

Falamos, todavia, de uma velocidade da massa como se ela fosse uniforme, mas, na verdade, é heterogénea e só de forma relativa é possível conceber-se uma velocidade global.

Podemos expressar em números uma velocidade do capital como um todo, mas tal forma nunca deixará de ser simbólica.

O que se constata, na realidade, é que existem elementos que possuem por natureza o giro mais veloz e outros a mais longo prazo, mas, na realidade, ***a tendência de toda a riqueza é a de realizar movimento.***

O grupamento em “circulante”, “realizável”, “permanente”, “imobilizado” e outras denominações, prende-se a esse aspecto, todavia, se analisarmos a questão sob o ponto de vista dos sistemas de funções, essa classificação, eminentemente *financeira*, pode sofrer modificações e não pode ser tomada como base para encontrar-se a velocidade do Universo Patrimonial.

Esta a razão pela qual, o critério tradicional de demonstrações não é apto para os estudos científicos mais complexos e necessita ser adaptado e até abandonado, sob certas circunstâncias.

A partida dobrada, absolutamente lógica e válida, oferece apenas aspectos demonstrativos estáticos e relativos aos sistemas que enfoca e que são os da Estabilidade (evidência das posições patrimoniais em face do equilíbrio) e os da Resultabilidade (evidência das posições de resultados); no máximo, e ainda insuficientemente, tem-se tentado demonstrações das circulações, sem um êxito completo e sem uniformidade (por falta de apoio doutrinário).

A abrangência das partidas dobradas não tem sido explorada, ainda, com todos os recursos que pode oferecer.

Em realidade, o que denominamos *débito* e *crédito*, é apenas a evidência de *causa* e de *efeito* de um fenómeno, sem a abrangência de muitos outros aspectos das relações lógicas que envolvem a efectivação dos fatos contábeis.

Para fins de decisões administrativas, de estudos de comportamento científico da riqueza, as informações ainda são insuficientes, na forma tradicional em que se realizam e onde a preocupação básica foi e ainda é a *legalidade* apenas.

O Princípio contábil da “essência sobre a forma”, buscou corrigir, em parte, o problema, mas, longe está, ainda, de alcançar uma abrangência, em face das limitações dos critérios de registros tradicionais.

Quando se estudam os fenómenos da velocidade, todavia, para estabelecer os teoremas, como bases de teorias em Contabilidade, é preciso aprofundamentos de muito maior expressão.

Temporalidade Sistemática e Velocidade Eficaz

O estudo das ciências se processa através das relações dos fenómenos observados, em um curso lógico de raciocínios que conduz às proposições lógicas.

Na metodologia moderna da pesquisa, a colecta de um grande número de informações constitui o primeiro passo e segundo Bravo e Marques, observar e conjecturar são elementos que devem estar coligados fundamentalmente na busca das verdades.⁹

Nos domínios contábeis observamos e podemos juntar razões que nos confirmem que o tempo de maturação de uma função patrimonial parece ser, de fato, aquele em que a prestação da utilidade, pelo meio patrimonial, consegue anular a necessidade, promovendo a eficácia.

Tal tempo de produção da eficácia, entendo, é o da *temporalidade funcional do meio patrimonial*.

Percebe-se que não basta o movimento, não é suficiente a velocidade no tempo certo se a eficácia não se promove, ou seja, se tais dimensões não suprem as necessidades de forma a anulá-las.

Esta a primeira verdade que na prática comprovamos quando, por exemplo, os preços que formamos são aptos para conseguirem a colocação tempestiva dos produtos e a produção do lucro pertinente.

Contrariamente, se o estoque é pesado e não se desfaz no tempo hábil para produzir recursos de pagamentos, também, a temporalidade não se cumpre satisfatoriamente, pois, aquela eficaz seria a que não oferecesse comprometimentos na liquidez.

A temporalidade, pois, é um tempo natural de utilidade, competente para gerar a eficácia.

Uma velocidade no tempo, pois, harmónica com as necessidades, é condição importante para que a empresa possa cumprir os seus objectivos sem maiores problemas.

⁹ BRAVO, Lucio E. Gonzales e MARQUES, Gustavo - Metodología de la investigación, Editorial de Belgrano, Buenos Aires, 1996, página 61 e seguintes.

No contexto empresarial, por conseguinte, é preciso que tais temporalidades sejam harmónicas e ocorram em todos os sistemas, produzindo a eficácia em cada um deles e de forma que cada um influa positivamente sobre o outro.

A esse fenómeno atribuímos a denominação de *Interacções Perfeitas*, em nossa teoria das funções.

É justo, pois, falar-se de uma *velocidade eficaz* que dimana de interacções perfeitas entre sistemas de funções patrimoniais.

Isto implica admitir-se um conceito de “*velocidades harmónicas*”, gerando “*temporalidades harmónicas*”.

De todo esse conjunto de observações e raciocínios, com a produção de conceitos definidos, pode-se construir o “*Teorema da Temporalidade e Velocidade Eficaz*”, cuja proposição lógica é a seguinte:

“Há uma temporalidade que satisfaz as interacções perfeitas dos sistemas básicos do património e ela ocorre através da velocidade harmónica dos giros dos meios patrimoniais, produzindo a velocidade eficaz”.

Há, sem dúvida, uma velocidade competente para cumprir, no tempo, e em quantitativos e qualitativos suficientes, a anulação das necessidades patrimoniais, ou seja, uma *velocidade eficaz*.

Ao analisarmos, portanto, as informações contábeis (e elas pouquíssimo valem sem que sejam explicadas e interpretadas), devemos buscar as relações eficazes que promovem a temporalidade sustentada por uma velocidade eficaz.

Isto demanda o estudo da matéria desenvolvida neste trabalho, como ponto de partida para a obtenção de caminhos para construção de modelos contábeis de eficácia, para sustentarem modelos de decisões administrativas racionais.

Bibliografia

ALUJA, Jaime Gil, La estimación de magnitudes económicas en el proceso de inversión, in "Anales", edição da Real Academia de Ciencias Economicas y Financieras, Barcelona, 1996

AMADUZZI, Aldo, Il sistema dell'impresse nelle condizioni prospettiche del suo equilibrio, 2a. edição, editor Angelo Signorelli, Roma, 1950.

BIGNAMI, Antonietta Amália, L'impresa e il suo equilibrio nei cicli economici, ed. EUB, Milão 1979

BIONDI, Mário, Tratado de Contabilidad Intermedia e Superior, 4a. edição, editorial Macchi, Buenos Aires, 1993

BRAVO, Lucio E. Gonzales e MARQUES, Gustavo, Metodologia de la investigación, Editorial de Belgrano, Buenos Aires, 1996

CAIADO, António Pires e GIL, Primavera Martins Daniel, Fluxos de Caixa, 2ª edição, editora Rei dos Livros, Lisboa, Abril de 1996

CARQUEJA, Hernani O., Valorimetria endógena das existências, in Revista de Contabilidade e Comércio, nº 210, Porto, 2º trimestre de 1996

GIROLAMI, C., L'analyse et de l'optimisation du fonds de roulement, edição Les Éditions d'Organisation, Paris, 1968

MALLO RODRIGUEZ, Carlos, Pasado, Present y Futuro de la Contabilidad de Gestión, edição Tecnica Contable, Madri, 1989

MASI, Vincenzo, Statica Patrimoniale, vol. I, 3ª edição, editor CEDAM, Padua, 1945

SÁ, António Lopes de, A produtividade e a eficiência nos pequenos e médios negócios, edição Ediouro, Rio de Janeiro, 1993

SÁ, António Lopes de, Teoria da Contabilidade Superior, edição IPAT-UNA, Belo Horizonte, 1994

SÁ, António Lopes de, Nuevos Rumbos Científicos en la Contabilidad, em Suma, nº 41, Maryland, USA, Junho de 1996

SÁ, António Lopes de, Teoremas da Rotação ou Giro dos meios patrimoniais e a lógica da velocidade (Dinamica do Capital), in JTCE, Lisboa, Julho de 1996

SCHMALENBACH, Eugen, Dynamische Bilanz, edição G.A. Gloeckner, Leipzig, 1926

WITTE, Eberhard, Die Liquiditätspolitik der unternehmung, edição J.C.B. Mohr, Tübingen, 1963